

LEI MUNICIPAL Nº. 2.330/07 DE 26 DE MARÇO DE 2007.

“Autoriza o Município de Constantina a firmar Contrato de Cooperação Técnica com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e da outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Constantina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

Art. 1º. Fica o Município de Constantina autorizado a firmar Contrato de Cooperação Técnica com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.

Parágrafo Único: Constitui objeto do presente Contrato de Cooperação Técnica a Instalação de uma Agência FGTAS/SINE-RS, no Município de Constantina.

Art. 2º. O Contrato de Cooperação Técnica mencionado no artigo primeiro, passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação específica.

Art. 4º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 26 de março de 2007.

-

Francisco Frizzo
Prefeito Municipal

Cesar Santos Giacomini
Sec. Mun. da Administração

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

“Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o....., com o objetivo de instalar uma Agência FGTAS/SINE-RS em

.....”

A FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL – FGTAS/SINE-RS, fundação estadual, instituída pela Lei nº. 9.434/91 e Decreto nº. 34.155/91, CGC/MF nº. 94.392.164/0001-55, situada na Av. Borges de Medeiros, nº. 1945, nesta capital, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Heitor Luiz Lermen, adiante simplesmente FUNDAÇÃO e, através da, neste ato representado por seu....., com sede e foro na, neste Município, adiante simplesmente, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, de acordo com o Convênio TEM/SE/DES/CODEFAT nº. 022/2001 SINE/RS, Processo Administrativo nº. 002302-21.59/01-0, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a instalação de uma Agência FGTAS/SINE no

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

A Agência FGTAS/SINE – em desenvolverá suas atividades de acordo com as seguintes finalidades:

- a) intermediar mão-de-obra, com vistas à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho;
- b) habilitar trabalhadores para recebimento do Seguro-Desemprego;
- c) orientar trabalhadores para a aquisição profissional;
- d) integrar o Sistema Público de Emprego trabalho e Renda do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO

Compete à FUNDAÇÃO através da Unidade SINE Porto Alegre-RS:

- a) supervisionar e controlar o funcionamento da Agência em
- b) prestar orientação técnica para o desenvolvimento das atividades.
- c) estipular as diretrizes, metodologia de trabalho, fornecer formulários de preenchimento necessários e treinar o pessoal colocado a disposição da municipalidade.
- d) Ceder móveis e equipamentos para o desenvolvimento das atividades do Posto Avançado;
- e) Fornecer material de expediente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I- Compete ao Município:
- II- ceder local, com no mínimo 40m², móveis e equipamentos próprios para instalação e funcionamento da Agência FGTAS/SINE

- III- responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de água, luz, condomínio, pessoal, telefone e demais despesas tributárias e de manutenção;
- IV- ceder recursos humanos, no mínimo dois servidores, para executar os serviços prestados pela agência.
- V- Responsabilizar-se pelos demais encargos necessários à manutenção da agência;
- VI- Adequar o local, para cesso a pessoas com necessidades especiais, através de rampa de acesso;
- VII- Repassar todas as informações referentes a operação dos programas à Unidade do SINE.
- VIII- Cumprir as metas estabelecidas para os diversos programas operados na Agência, conforme determinado pelas coordenações técnicas de cada programa;
- IX- Responsabilizar-se pelos móveis e equipamentos cedidos pela FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O Presente Termo é pactuado pelo prazo de um ano podendo ser denunciado a qualquer tempo pelas partes, desde que haja aviso, com antecedência de 60 (sessenta) dias, manifestado por escrito.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro do município de Porto Alegre, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir divergências, oriundas do presente Termo.

E por estarem de acordo, assinam o presente termo, em quatro vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Constantina-RS,dede 2007.

Município

Diretor-Presidente da FGTAS/SINE